

CONSEQUÊNCIAS PSICOLÓGICAS DO ABUSO SEXUAL INFANTIL NA VIDA ADULTA

Eduarda Leandro Santos¹
Jussara Bona Médici¹
Milena Silva Reis¹
Naiara Ferreira Vieira Castello²

RESUMO

O presente trabalho se baseia em pesquisas bibliográficas e exploratória com o propósito de compreender o contexto, as circunstâncias e os impactos que o abuso sexual a crianças e adolescentes podem gerar ao longo de suas vidas. Faz-se necessário apresentar questões que podem influenciar na vida adulta devido às experiências sentidas na infância como a vulnerabilidade, abusos emocionais, físicos, eventos estressores que ocorrem comumente em situações de maus tratos gerando traumas ou transtornos psicopatológicos associados ao desenvolvimento psicossocial. Em seu meio familiar quando é acometido pela violação, o vínculo afetivo familiar pode ser prejudicial para a vítima, que pode dificultar o desenvolvimento da sua relação com o que está a sua volta e consigo mesma. É importante observar, cuidar e encaminhar para tratamento as pessoas que estão vivenciando os impactos que esta violência traz, sendo um problema de saúde pública, devido à alta incidência epidemiológica e às graves consequências dela decorrentes.

Palavras-Chave: Violência sexual infantil, transtornos mental, consequências.

ABSTRACT

The present work is based on bibliographic and exploratory research in order to understand the context, circumstances and impacts that sexual abuse to children and adolescents can generate throughout their lives. It is necessary to present issues that can influence adult life due to childhood experiences such as vulnerability, emotional and physical abuse, stressful events that commonly occur in situations of abuse, generating trauma or psychopathological disorders associated with psychosexual, psychosocial development. In their family environment, when they are affected by rape, the affective family bond can be harmful to the victim, which can make it difficult to develop their relationship with their surroundings and with themselves. It is important to observe, care for and refer for treatment people who are experiencing the impacts that this violence brings, being a public health problem, due to the high epidemiological incidence and the serious consequences resulting from it.

Keywords: Child sexual violence, mental disorders, consequences.

1. INTRODUÇÃO

O abuso sexual infantil é tratado atualmente como um problema de saúde pública, pois tem uma alta taxa de prevalência e suas consequências podem ser

¹ Acadêmicas do curso de Psicologia.

² Psicóloga, Mestra em Psicologia Institucional – Professora Multivix – Nova Venécia.

graves para a vítima, seus familiares e sociedade. Os estudos referentes ao tema são recentes e o interesse na pesquisa se iniciara apenas nos últimos quarenta anos (COGO et al., 2011).

Na antiguidade, a criança era vista de maneira diferente, não havia padrões afetivos como os atuais no relacionamento com os filhos, eles eram vistos como um problema ou como objetos de pertença, com os quais os pais poderiam fazer o que quisessem. Somente no século XX as crianças começaram a ser vistas como seres dependentes dos pais e passou-se a entender que estes deveriam dar todo suporte às suas necessidades e prover um desenvolvimento saudável. Dessa forma, compreende-se que a preocupação com o bem-estar e o desenvolvimento da criança é algo contemporâneo (BATISTA, 2009).

O abuso sexual de crianças e adolescentes é umas das formas de violência mais preocupantes hoje no Brasil. Diversos estudos conceituam o abuso sexual como uma relação onde o agressor seja sexualmente mais adiantado que a criança ou o adolescente. Ocorre por meio de práticas sexuais, utilizando-se de violência física, indução ou ameaça, variando desde atos que não envolvam contato físico até variadas ações envolvendo penetração ou não. É um fenômeno de funcionamento específico, que se inicia sutilmente, e à medida que o abusador ganha a confiança da vítima, vai começando os contatos sexuais, tornando-se mais íntimos. O fato de o abuso sexual ser feito sem a violência física está relacionado com a confiança e a lealdade que a criança tem no abusador, este, que se utiliza desse fato para ter o silêncio da vítima (SANTOS; DELL'AGLIO, 2010).

Os danos causados pelo abuso são complexos e sua intensidade podem variar de acordo com o contexto no qual a criança está inserida, podendo durar por toda a vida. A criança abusada pode ter seu desenvolvimento cognitivo, afetivo e social afetado; quanto mais cedo a vítima revelar a violência e receber o devido tratamento, maiores são as possibilidades de atenuar os efeitos causados pelo abuso (SIEBRA et al., 2019).

Essa experiência traumática é um fator de risco para o desenvolvimento de psicopatologias, como transtornos de ansiedade, de humor e de personalidade, além de interferir em outros âmbitos da vida (HABIGZANG et al., 2005).

Esta pesquisa teve como objetivo realizar uma revisão bibliográfica e exploratória a respeito do Abuso Sexual Infantil e sua repercussão na vida adulta, especificamente identificar o desenvolvimento e a permanência de transtornos psicológicos em vítimas de abuso sexual na infância. Para isso, será necessário descrever o conceito de abuso sexual infantil, compreender as circunstâncias e os desdobramentos do abuso para a criança e verificar os efeitos a longo prazo do abuso infantil. A revisão da literatura é narrativa, compreendendo que esta, segundo Mattos (2015 p. 2) “não utiliza critérios explícitos e sistemáticos para a busca e análise crítica da literatura”, foram usados artigos acadêmicos disponibilizados no Google Acadêmico e para a busca as palavras chave “abuso sexual infantil”, “trauma”, “transtorno”, “vida adulta”, “consequências” e sinônimos, sendo utilizado materiais das áreas da saúde e sociais, especificamente da psiquiatria e psicologia.

O assunto se mostra relevante, visto que o abuso sexual infantil é um tema que tem sido muito discutido e seu combate tem se intensificado nos últimos anos através de campanhas e portais de denúncias como o Disque 100. Dados disponibilizados pelo Governo Federal (2019) revelam que o abuso sexual e a exploração sexual foram as violações mais notificadas para a faixa etária de crianças e adolescentes em 2019, grande parte das vítimas tem entre 4 a 11 anos e a maioria dos abusos são cometidos dentro de casa, com padrasto, madrasta e pai como as figuras abusadoras que aparecem com mais frequência. (BRASIL, 2019)

Segundo Santos e Dell'aglio (2010), por essa relação de proximidade e do poder exercido sobre a vítima, os abusos podem ser mantidos em segredo por muitos anos, muitos casos não são sequer notificados. A soma da violação com o vínculo afetivo familiar pode ser devastadora a vida da criança, podendo afetar

seu desenvolvimento físico e psicológico, alterando sua maneira de enxergar o mundo, suas relações e a si própria (COGO et al., 2011).

Essas questões podem ser levadas para a vida adulta, essa vulnerabilidade experienciada na infância está associada a ao desenvolvimento de transtornos psicopatológicos (KRINDGES; MACEDO; HABIGZANG, 2016).

2. REFERÊNCIAL TEÓRICO

2.1 VIOLÊNCIA INFANTIL E ABUSO SEXUAL INFANTIL

O abuso sexual infantil é apontado como um grave problema de saúde pública, pela grande ocorrência da violência e pelas consequências físicas, psicológicas e sociais para o indivíduo, para a família e para a sociedade (COGO et al., 2011). Segundo a Organização Mundial da Saúde (2016), violência é:

O uso intencional da força física ou do poder, real ou em ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação (OMS, 2016 p. 16).

A violência infantil possui um vasto processo histórico, com diferentes transformações até os dias atuais, a cada ano vêm se intensificando as agressões contra crianças e adolescentes no nosso país. Sabemos que a violência sofre influência de diversas culturas, épocas, locais e realidades muito diferentes. Sendo cada vez mais complexas, e apresentando sob diferentes formas, a violência existe desde quando o homem vive sobre a Terra. (PASCOLAT et al., 2010).

Historicamente, a violência infantil sempre esteve associada à ação educativa, virando um problema histórico-cultural, percorrendo de década em década até os dias atuais. Ressalta Pascolat (2001) “quando se tentou identificar o motivo pelo qual se gerou a violência contra a criança, a maioria dos agressores

alegou a necessidade de colocação de limites como forma de educação” (PASCOLAT et al., 2001, p.37).

Nas antigas civilizações, as crianças eram maltratadas por meio do infanticídio, usado para matar crianças que nasciam com deficiências físicas, para equilibrar os sexos, como medidas econômicas e por motivos religiosos, e quando não aguentavam as longas caminhadas eram abandonadas ou mortas. (ARAKAKI et al., 2019).

Desde a antiguidade, a maioria dos casos de violência infantil acontece no ambiente familiar, contradizendo o papel de proteção que a família deveria exercer (ARAKAKI et al., 2019).

Diante disso, pode-se constatar que a violência não causa apenas prejuízos físicos, como também psicológicos ao indivíduo. Entre os tipos de violência à criança podem ser citados os maus-tratos, bullying, violência física, violência sexual, violência emocional ou psicológica e testemunhar violência (OMS, 2016).

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (2016), é considerado violência sexual:

Inclui contato sexual não consensual, efetivado ou tentado; atos não consensuais de natureza sexual que não envolvem contato (tais como voyeurismo ou assédio sexual); atos de tráfico sexual cometidos contra alguém incapaz de recusar ou consentir; e exploração on-line (OMS, 2016 p. 16).

Para Rezende (2013, p. 92), esta “ação sexual tem por finalidade estimular sexualmente a criança no objetivo do agressor conseguir sua própria satisfação sexual”, o abusador pode iniciar o abuso com gestos pequenos que podem ser confundidos com carinho e progredir para contato íntimo e concretizar a violência sexual. Dessa forma, o abuso pode ser praticado com a violência sexual, através da penetração vaginal ou anal, com o uso ou não de objetos, masturbação, sexo oral ou interfemoral, ou sem o contato físico que abarca o voyerismo, exibicionismo, utilização de imagens pornográficas e conversas obscenas (SANTOS; DELL'AGLIO, 2010; REZENDE, 2013; HABIGZANG et al., 2005).

Conforme Rezende (2013), o abuso sexual infantil pode ser praticado de diversas formas, acompanhado de violência física ou não, pode ser um ato permitido pela criança por uma falta de maturidade, conhecimento ou pela familiaridade que ela tem com o agressor.

O abuso sexual infantil pode acontecer em contexto intrafamiliar ou extrafamiliar. O abuso sexual extrafamiliar é praticado por pessoa fora da formação familiar, mas que tem algum grau de proximidade com a criança, como um vizinho, um amigo da família ou professores. O abuso sexual intrafamiliar é praticado por um membro da família, como o tio, primo, padrasto ou pai, sendo este considerado incesto (SANTOS; DELL'AGLIO, 2010; REZENDE, 2013; HABIGZANG et al., 2005).

O incesto é descrito por Cogo e colaboradores (2011, p.132) como sendo “caracterizado pela estimulação sexual intencional provocada por alguns dos membros do grupo que possuem vínculo parental. Assim, o que caracteriza o incesto é o abuso sexual e o vínculo familiar”, de forma que pode ser extremamente prejudicial ao desenvolvimento da criança:

Sua devastação é maior do que as violências sexuais não incestuosas contra a criança, porque o incesto se insere nas constelações das emoções e dos conflitos familiares. Não há um estranho de que se possa fugir, não há uma casa para onde escapar. A criança não se sente mais segura nem mesmo em sua própria cama. A vítima é obrigada a aprender a conviver com o incesto, ele abala a totalidade do mundo da criança. O agressor está sempre presente e o incesto é quase sempre um horror contínuo para a vítima (COGO et al., 2011 p.132).

Em grande parte dos casos o abuso é realizado por alguém do círculo de confiança da criança, pesquisas apontam que na maioria dos casos o abuso é realizado pela figura paterna, como o pai biológico ou padrasto, como revela Batista (2009):

De acordo com o Sistema Nacional de Combate à Exploração Sexual Infanto-Juvenil, mais da metade das denúncias de ASI realizadas no período de 2000 a 2003 se caracterizaram como intrafamiliares, sendo que em 42% dos casos o pai foi apontado como o autor. Outros estudos apontam para o mesmo dado: o pai biológico é o principal agressor, seguido do padrasto e do tio. Esse dado abre espaço para a

compreensão do baixo número de denúncias no mundo todo (BATISTA, 2009 p.22).

Tem-se uma estimativa que menos de 10% dos casos de abuso sexual infantil são devidamente denunciados e que demoram em média quatro anos para que a criança denuncie a violência quando o abusador é um membro da família e quando o abuso é frequente (BATISTA, 2009).

Dados da Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2003) revelam que 3,2% das meninas e 13% dos meninos sofreram abuso sexual em Costa Rica. Já em Nicarágua, 26,0% para meninas e 20,0% para meninos. Uma investigação na Venezuela mostrou que a cada 100 vítimas de abuso sexual, 20 são para menores que 6 anos. Os estudos apontam o abuso sexual e físico com maior frequência na população infantil (MARTINS; JORGE, 2010).

Serviços de atendimento em São Paulo mostram que grande parte dos casos de violência contra crianças são por abuso sexual. Em Curitiba, a Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a violência mostra que 6,2% das notificações são de violência sexual (MARTINS; JORGE, 2010).

Da Silva (2018) apresenta que na maioria dos casos o abusador é do gênero masculino e esta questão de gênero não pode ser encarada como natural, mas que é uma característica cultural com origens no machismo, principalmente, considerando que a maioria das vítimas são do gênero feminino. Segundo Batista (2009), o abuso sexual infantil intrafamiliar é um fenômeno que pode ser encontrado em diversas culturas, e independentemente dos argumentos utilizados para defender ou da maneira que possa ocorrer, é uma violência que pode causar muitas consequências.

2.2 O CONTEXTO DO ABUSO SEXUAL INFANTIL

A infância é um período em que o indivíduo está em pleno desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social, devido à imaturidade nesses aspectos, a

criança é dependente de seus cuidadores, é um relacionamento envolvido por um vínculo de confiança e afetividade. O abuso sexual infantil no contexto intrafamiliar é caracterizado por uma dinâmica própria e complexa (BATISTA, 2009).

De acordo com Habigzang e colaboradores (2005), é comum que crianças vítimas de abuso sexual no ambiente familiar também sofram outros tipos de violência como negligência, abusos emocionais e físicos. Essas famílias costumam ter relações interpessoais que apresentam algum nível hierárquico e de desigualdade.

Para Pascolat e seus colaboradores (2001) o abuso sexual e físico tem uma maior probabilidade de se desenvolver em lares onde os pais são alcoolistas, imaturos e de pouca idade. Além da situação econômica, brigas familiares, histórico de abuso de drogas e álcool e baixa escolaridade. No grupo de risco estão inclusas crianças portadoras de algum tipo de deficiência, seja física ou mental, abaixo do peso, não planejadas, crianças que foram adotadas ou estão sob guarda legal.

Os abusadores de crianças se convencem de que as vítimas querem ter relações com eles, e que o abuso não é prejudicial para ela (SANTOS; MESQUITA, 2019). A ingenuidade da criança frente ao abuso faz com que ela não tenha consciência da situação a que ela está exposta, principalmente quando há algum vínculo afetivo com o abusador. Nessa circunstância, a criança pode apresentar uma insegurança tardiamente, e quando essa insegurança é observada pelo abusador, ele inverte os papéis, fazendo com que ela se sinta responsável por aceitar os “carinhos”, ou se aproveitando da lealdade e confiança depositada pela criança para obter o silêncio dela (HABIGZANG et al., 2005; REZENDE, 2013).

Um modelo proposto por Jean Von Hohendorff, Luísa Fernanda Habigzang e Silvia Helena Koller explica a dinâmica encontrada no Abuso Sexual Infantil, em que:

(i) inicialmente o agressor estabelece uma relação de confiança com o menor, (ii) após, dá início as interações de cunho sexual, que podem envolver vários tipos de contato, desde carícias até o ato sexual em si, (iii) caso o menor identifique que está sofrendo abuso sexual, o agressor tende a utilizar de artimanhas o calar, tal como proferir ameaças contra a vítima; (iv) em regra, o abusado teme que as ameaças se concretizem e costuma se manter em silêncio; (v) quando há a revelação da situação, esta geralmente ocorra de forma acidental e leva muitos anos para acontecer; (viii) ocorrendo a revelação, o menor pode se sentir compelido a se retratar por se sentir pressionado pela família, abusador ou até pelos órgãos de proteção (SIEBRA et al., 2019 p.361).

A criança pode se silenciar diante do sentimento de culpa, por ter permitido o ato, vergonha de si mesma e medo do agressor, deste modo, o abuso pode ficar em segredo durante anos, impossibilitando a busca de ajuda (SANTOS; DELL'AGLIO, 2010). Quando se trata do abuso sexual intrafamiliar, pode ocorrer o pacto do silêncio entre o abusador, a criança e a família, o agressor usa a sedução e a ameaça para manipular a vítima, que por culpa ou por identificação com o agressor opta por silenciar-se, enquanto o resto da família tende a negar ou minimizar os fatos (BATISTA, 2009). Em alguns casos, mesmo depois do abuso ser revelado pela criança, ela ainda tem que conviver com o agressor, pois a possibilidade de desestruturação da família faz com que os familiares ignorem as agressões (DA SILVA, 2018; REZENDE, 2013; HABIGZANG et al., 2005). Como é descrito por Santos e Dell'Aglío (2010):

O receio em contar as experiências de abuso pode estar associado ao medo da rejeição familiar, ao fato da família não acreditar em seu relato, ao medo de perder os pais ou ser expulso de casa, de ser o causador da discórdia familiar ou, ainda, à falta de informação ou consciência sobre o que é abuso sexual (SANTOS & DELL'AGLIO, 2010 p. 330).

Segundo Batista (2019), essa manipulação que ocorre com a criança abusada faz com que esta fique confusa, a vítima começa a compreender que culpa é sua e que a participação foi por escolha dela, isso pode dificultar a denúncia, pois seu discurso fica incoerente e desajustado, o que pode gerar um descrédito em quem ouve.

Para entender um pouco sobre a violência sexual, vamos utilizar o modelo ecológico, que estuda os fatores em quatro âmbitos: familiar, individual, sociocultural e comunitário, seu foco é a interação entre esses quatro níveis, que produzirá a violência. Nesses níveis não há um fator determinante, mas sim um conjunto de fatores que interagem provocando e favorecendo a violência. Conhecendo seus diferentes contextos e culturas é possível identificar os pontos fracos e estudar os caminhos para intervenção e prevenção da violência. (CASIQUE; FUREGATO, 2006).

O modelo ecológico visa investigar os fatores que influenciam no comportamento dos indivíduos.

No primeiro nível analisamos a história pessoal e os fatores biológicos. Educação, sexo, renda, idade, características pessoais e seus antecedentes. No segundo nível, analisam-se as relações interpessoais, as relações familiares, as mais próximas, como amigos. No terceiro nível são explorados os contextos onde se desenvolvem as relações. Analisam-se as características desses ambientes, pois elas podem aumentar o risco de atos violentos. No quarto nível são analisados os fatores no geral, a cultura da sociedade. Os fatores ajudam a desenvolver um ambiente que inibe ou incita a violência. Também são encontrados nesse nível outros aspectos como políticas econômicas, sociais e educativas, políticas sanitárias, que colaboram para criar desigualdades sociais e econômicas (CASIQUE; FUREGATO, 2006).

O contexto em que a vítima e o abusador estão inseridos é um fator primordial, as condições desse ambiente, a proximidade entre as vítimas e o abusador. As agressões cometidas às crianças incluem maus-tratos físicos, psicológicos, violações e o abuso sexual. Quase sempre o abuso sexual é acompanhado pelo abuso psicológico (SANTOS; MESQUITA, 2019).

2.3 CONSEQUÊNCIAS PROVENIENTES DO ABUSO SEXUAL

Diversos autores descrevem que o impacto do abuso sexual no desenvolvimento da criança pode depender de diversos fatores, do seu âmbito

social, de sua personalidade, do tipo de abuso sofrido, da idade em que ocorreu, da duração e da frequência em que os abusos ocorriam (HABIGZANG et al., 2005; REZENDE, 2013; SIEBRA et al., 2019; COGO et al., 2011; BORGES; DELL'AGLIO, 2008). Esse evento traumático pode trazer consequências que ultrapassam aquelas da violência em si:

O desenvolvimento psicossocial e psicossocial da criança pode ser prejudicado, pois a experiência de ser estimulada sexualmente rompe com a sequência normal do desenvolvimento. A criança é forçada a um desenvolvimento genital prematuro, uma vez que o suporte cognitivo, psicológico e físico necessário para o estabelecimento de uma experiência sexual não foi atingido plenamente (BATISTA, 2009 p.28).

As consequências podem vir a curto e longo prazo, impactando suas relações afetivas, desatando problemas emocionais, cognitivos e sociais e em diferentes intensidades e formas, conforme descreve Siebra (2019):

O abuso sexual de menor é bem complexo, mormente por envolver uma criança, pois está pode não ter capacidade física, tampouco cognitiva, para identificar o ocorrido ou se defender; bem como porque se trata de crime potencialmente capaz de prejudicar a saúde mental do menor, uma vez que desperta a sensação de traição e de impotência, o que tem visivelmente caráter traumático (SIEBRA et al., 2019 p. 369).

A curto prazo, as consequências para criança que sofreu abuso podem ser físicas, como problemas para dormir e mudança nos hábitos alimentares; problemas comportamentais, como a hiperatividade, agressividade, comportamento suicida e de autoflagelo; problemas sexuais relativos à identidade sexual, conhecimento sexual precoce e masturbação compulsiva (COGO et al., 2011; REZENDE, 2013; SIEBRA et al., 2019), podem ocorrer traumas físicos, o contágio de doenças sexualmente transmissíveis, gravidez indesejada e tentativas de aborto (BORGES; DELL'AGLIO, 2008).

O abuso sexual infantil é um dos maiores causadores de transtornos psicológicos, e quanto mais velha a criança for mais acentuados serão os sintomas vivenciados, pois tem um maior entendimento do que a ação representa e das consequências que o abuso traria para as pessoas ao seu redor. Desse

modo, a idade da criança, período de tempo e a constância dos abusos, o uso de violência e de ameaças pelo agressor, quanto mais estreita for a relação entre a vítima e o abusador, como o grau de parentesco, e a atitude da família ou responsáveis de ignorar ou negar o abuso, têm impacto sobre a dimensão que assumirão as consequências para a criança, que podem ser carregadas até a vida adulta (SIEBRA et al., 2019; KRINDGES; MACEDO; HABIGZANG, 2016).

Pessoas abusadas sexualmente têm maior probabilidade de desenvolver distúrbios psicológicos do que as que não sofreram abuso sexual, assim como tendem a experienciar mais eventos traumáticos durante a vida do que pessoas não abusadas (SIEBRA et al., 2019; KRINDGES; MACEDO; HABIGZANG, 2016). De acordo com o Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais, o sofrimento psicológico do indivíduo que passa por um evento traumático pode variar muito, em parte dos casos são vivenciados ansiedade e medo, mas muitos indivíduos podem experienciar “sintomas anedônicos e disfóricos, externalizações de raiva e agressividade ou sintomas dissociativos” (APA, 2014 p. 265).

O abuso sexual tem sido associado como fator traumático para o desenvolvimento de psicopatologias e transtornos de humor, especialmente a depressão (FIGUEIREDO et al., 2013).

Diante do exposto, é notório que o indivíduo que vivenciou o abuso adquire marcas que conseqüentemente irão influir em diversos aspectos de sua vida, gerando prejuízos irreparáveis, que em seu melhor cenário só poderão ser minorados. Essas lacunas que se abrem em alguém que sofre esse tipo de violência, que em geral ocorre de modo furtivo, se tornam um ambiente propício que permite o cultivo dos processos de revitimização e do autoflagelo, que em razão dos traumas, acabam perdurando, como é descrito por Siebra e colaboradores (2019):

O indivíduo pode desenvolver problemas familiares e sociais, bem como pode acabar carecendo de suporte médico e psicológico constante e por muito tempo, o que significa altos custos para as instituições de saúde, assistência social, e, inclusive para o Judiciário (SIEBRA et al., 2019 p. 369).

A vítima na idade adulta tem a tendência de buscar o suicídio, consumo de drogas, manifestar transtornos de identidade e de ansiedade (REZENDE, 2013). O indivíduo vítima de abuso pode enfrentar problemas de autoestima, medo, mudanças no humor (REZENDE, 2013; SIEBRA et al., 2019), assim como há a prevalência do transtorno de estresse pós-traumático e sintomas de dissociação (BORGES; DELL'AGLIO, 2008).

O abuso pode impactar no estabelecimento de vínculos sociais, nota-se que vítimas de abuso sexual têm uma diminuição na sociabilidade, optando pelo isolamento, que resulta na redução do número de amigos, assim como outras consequências podem ser notadas por Rezende (2013):

Além de tudo isso, muitas outras consequências podem se apresentar nas pessoas que sofreram algum tipo de abuso na infância, após adulto, o indivíduo provavelmente voltará à experiência em sonhos e flashbacks, revivendo dolorosamente a frustração passada, fazendo com que isso afete integralmente sua vida social (REZENDE, 2013, p. 95).

Considerando a natureza da agressão, a vítima pode ter impactos significativos na sua vida sexual, que variam desde ter associações negativas ao sexo ou de ter um maior interesse sexual em comparação com pessoas que não sofreram abuso (KRINDGES; MACEDO; HABIGZANG, 2016). A vítima pode desenvolver comportamento sexual compulsivo, dificuldade em expressar sentimentos e comportamento de submissão (REZENDE, 2013; SIEBRA et al., 2019).

O adulto provavelmente também sofrerá de problemas com a transformação da imagem corporal, ou seja, sendo uma pessoa que já passou por algum tipo de violência sexual na infância e que de alguma forma teve seu corpo desejado e dominado por alguém, passa a querer ter sua própria imagem corporal totalmente fora dos padrões que interpreta como beleza para poder torna-se ignorado por outros possíveis interesses (REZENDE, 2013 p. 96).

O atendimento psicológico a vítima é importante e a repercussão do abuso pode variar para cada indivíduo, dessa forma, a escuta e a criação de um espaço seguro é de grande valia para o acolhimento da criança e de sua dor e para um

bom resultado no tratamento (COGO et al., 2011). Como forma de tratamento na literatura tem sido recomendado a terapia cognitivo-comportamental no tratamento das vítimas de abuso, que tem sido eficaz na atenuação dos efeitos, como a redução da ansiedade, dos quadros depressivos, do estresse pós-traumático e de problemas no comportamento e sexuais (SIEBRA et al., 2019).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das consequências e dos danos que a violência sexual causa em crianças, adolescentes e adultos, este tipo de abuso compreende em um problema de saúde pública.

Cercado pelo silêncio, o abuso sexual tem se perpetuado pela ignorância. Com equipes multidisciplinares, estratégias de acolhimento às vítimas devem ser criadas, focando no entendimento e atendimento de como essa violência afeta a vítima, e de como é vivenciada.

Viver o trauma do abuso sexual faz com que a vítima perca autoridade sobre o próprio corpo, que pode ser controlado sem o seu consentimento. Afetando não só a própria vítima, mas a sociedade ao redor, essas consequências e tantas outras, pode fazer com que uma criança que foi traumatizada, hoje se torne um indivíduo com comportamentos agressivos ou até mesmo passivos para lidar com o cotidiano.

Deste modo, é necessário que os órgãos públicos e seus setores (instituições de saúde, escolas, conselhos tutelares, instituições de atendimento a crianças e adolescentes, poder judiciário) trabalhem para detectar precocemente os abusos e violências, com a intenção de interromper a sua ocorrência e possibilitar acompanhamentos e tratamentos adequados, para reduzir as consequências devastadoras decorrente da violência sexual.

4. REFERÊNCIAS

ARAKAKI, Fernanda Franklin Seixas et al. Uma análise multifacetada do abusador infantil: a controvérsia entre portadores do transtorno pedofílico e agressores sexuais. **Anais do Seminário Científico do UNIFACIG**, n. 4, 2019. Disponível em: <<http://pensaracademico.unifacig.edu.br/index.php/semiarociencia/article/view/958>> Acesso em: 11 nov. 2020.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION et al. **DSM-5: Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais**. Artmed Editora, 2014.

BATISTA, Aline Pozzolo. Abuso sexual infantil intrafamiliar: a subnotificação e os serviços de saúde. 2009. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UERJ_62af9fec664e0504edbcf9e86bf3a7dc> Acesso em: 18 jun. 2020.

BORGES, Jeane Lessinger; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Relaciones entre abuso sexual en la infancia, trastorno de estrés post-traumático (TEPT) y perjuicios cognitivos. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 2, p. 371-379, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722008000200020&script=sci_arttext&lng=es> Acesso em: 12 jun. 2020.

BRASIL. Governo Federal. Disque 100 registra aumento de 19,12% no número de denúncias. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2019/novembro/disque-100-registra-aumento-de-19-12-no-numero-de-denuncias>> Acesso em: 18 mai. 2020.

CASIQUE, Leticia Casique; FUREGATO, Antonia Regina Ferreira. Violência contra mulheres: reflexões teóricas. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 14, n. 6, 2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/2814/281421865018.pdf>> Acesso em: 11 nov. 2020.

COGO, Karine Suéli et al. Consequências psicológicas do abuso sexual infantil. **Unoesc & Ciência-ACHS**, v. 2, n. 2, p. 130-139, 2011. Disponível em: <https://unoesc.emnuvens.com.br/achs/article/view/667/pdf> Acesso em: 18 mai. 2020.

DA SILVA, Mariana Martins. Contextualização da sexualidade e violência sexual infantil: o papel da psicologia mediante casos de suspeita de abuso. **Pretextos-Revista da Graduação em Psicologia da PUC Minas**, v. 3, n. 6, p. 346-360, 2018. Disponível em:

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/pretextos/article/view/16028>> Acesso em: 20 mai. 2020

FIGUEIREDO, Ângela Leggerini et al. Trauma infantil e sua associação com transtornos do humor na vida adulta: uma revisão sistemática. **Psicologia em Revista**, v. 19, n. 3, p. 480-496, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/3202>> Acesso em: 01 jun. 2020

HABIGZANG, Luísa F. et al. Abuso sexual infantil e dinâmica familiar: aspectos observados em processos jurídicos. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 21, n. 3, p. 341-348, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722005000300011&script=sci_arttext&lng=pt> Acesso em: 10 jun. 2020.

KRINDGES, Cris Aline; MACEDO, Davi Manzini; HABIGZANG, Luísa Fernanda. Abuso sexual na infância e suas repercussões na satisfação sexual na idade adulta de mulheres vítimas. **Contextos Clínicos**, v. 9, n. 1, p. 60-71, 2016. Disponível em: <<http://www.revistas.unisinos.br/index.php/contextosclinicos/article/view/10269>> Acesso em: 18 mai. 2020.

OMS. **INSPIRE: sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças**. 2016

MARTINS, Christine Baccarat de Godoy; JORGE, Maria Helena Prado de Mello. Abuso sexual na infância e adolescência: perfil das vítimas e agressores em município do sul do Brasil. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 19, n. 2, p. 246-

255, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072010000200005&script=sci_arttext&tlng=pt> Acesso em: 11 nov. 2020.

MATTOS, Paulo de Carvalho. **Tipos de revisão de literatura**. UNESP. São Paulo, v. 2, 2015.

OPAS. Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde. Portal da OPAS; 2003. Disponível em: <<https://opas.org.br/relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude/>> Acesso em: 11 nov. 2020.

PASCOLAT, Gilberto et al. Abuso físico: o perfil do agressor e da criança vitimizada. **Jornal de Pediatria**, v. 77, n. 1, p. 35-40, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0021-75572001000100010&script=sci_arttext> Acesso em: 11 nov. 2020.

REZENDE, Stéfany Jaqueline. As cicatrizes: Impactos na vida adulta do abuso sexual infantil. **Raízes no Direito**, v. 2, n. 1, p. 87-100, 2013. Disponível em: <<http://revistas2.unievangelica.edu.br/index.php/raizesnodireito/article/view/663>> Acesso em: 18 mai. 2020.

SANTOS, Samara Silva dos; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Quando o silêncio é rompido: o processo de revelação e notificação de abuso sexual infantil. **Psicologia & Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 328-335, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822010000200013&script=sci_arttext> Acesso em : 18 mai. 2020.

SIEBRA, Danielle Xenofonte et al. Os Prejuízos causados à Saúde Mental e à vida sexual adulta das mulheres vítimas de Abuso Sexual na infância. **ID on line REVISTA DE PSICOLOGIA**, v. 13, n. 46, p. 359-378, 2019. Disponível em: <<https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1890>> Acesso em: 18 mai. 2020.